

OPINIÃO

Ainda a fusão das universidades

PEDRO LOURTIE

Professor do Instituto Superior Técnico



A comunicação social tem feito eco das discussões em torno do processo de fusão das duas mais antigas universidades de Lisboa. Seja nas notícias ou em artigos de opinião, têm surgido opiniões favoráveis e outras que questionam a sua concretização. Um dos argumentos avançados é que, a haver fusão, deveria ser de todas as universidades de Lisboa. É uma posição legítima, mas irrealista, sobretudo na atual conjuntura.

A fusão a quatro seria equacionável se em Portugal existissem os apoios dados noutros países para o efeito, como em França ou em Espanha. Seria um processo bem mais complexo, exigindo uma grande reorganização interna e que, para ser bem-sucedido, requereria um investimento significativo. No entanto, mesmo que esses apoios estivessem disponíveis, tenho dúvidas quanto aos reais benefícios dessa fusão. Em contrapartida, veria com interesse que as instituições públicas de Lisboa se sentassem à mesma mesa para discutir o conjunto da sua oferta formativa, mesmo sem compromissos de racionalização ou outros.

Uma das consequências de pôr em cima da mesa o projeto de fusão a quatro é fazer o processo

das duas universidades parecer algo de menor. Mas este processo está longe de ser trivial, colocando um verdadeiro desafio de liderança para desenvolver uma cultura institucional comum. E se há quem considere que a diferença de culturas é um obstáculo, pelo contrário, penso que é um fator enriquecedor e que, do confronto entre essas culturas, poderá sair uma instituição melhor.

O processo de fusão não está isento de riscos. Para além dos riscos associados à condução do processo pelas duas universidades e, depois, pela liderança da nova Universidade de Lisboa, há o risco que resulta de ser necessário publicar um decreto-lei. O risco principal nesta fase é não se conseguir a autonomia que se pretende para a nova universidade e para as suas unidades orgânicas. Porque, uma vez iniciada a negociação, o recuo, caso não se consigam as condições consideradas essenciais, será dificilmente aceite pelo Governo. E o resultado pode, então, não ser o desejado.

A luta para conseguir que as instituições de ensino superior não sejam tratadas como repartições não é de hoje. Basta recordar as versões originais e o que foi necessário batalhar para conseguir alterações ao decreto-lei de execução orçamental e a incompreensão que a lei dos compromissos traduz sobre a forma como devem funcionar as instituições de ensino superior. ■

RECTIFICAÇÃO

Álvaro Nascimento é director da EGE e da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica do Porto e não da EGP como referimos na última edição. Ao visado e aos leitores pedimos desculpa.